ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE UM TEMA POLÊMICO: A ÉTICA NA ENFERMAGEM*

SOME REFLECTIONS ABOUT A POLEMIC SUBJECT: THE ETHICS IN NURSING

Neusa Collet¹
Célia Alves Rozendo²
Shirlene Pavelqueires³

RESUMO

Este trabalho é uma reflexão sobre a ética na enfermagem, considerando o contexto no qual está inserida. Os autores abordam a ética de uma forma geral bem como sua evolução histórica, passando pela discussão no interior da área de saúde, até chegar às questões que dizem respeito à enfermagem, procurando estabelecer relações entre si. Os questionamentos e as dúvidas, muito mais do que a busca de respostas, constituem o foco do estudo, cuja preocupação fundamental reside em contribuir com o pensamento crítico dos enfermeiros, ao nosso ver, necessário ao exercício efetivo da profissão.

UNITERMOS: ética, enfermagem, reflexão

ABSTRACT

The present study does a reflection on the ethics in nursing, considering the context in which it is introduced. The authors approaches it in a broad manner and its historic evolution, going through a discussion inside the health care area, until the nursing related questions emerged, establishing relations between them. The questions and the doubts, much more than answers, are the focus of this study, whose main concern is to contribute to nurse's critical thought necessary to the effective practice of the profession.

KEY WORDS: ethics, nursing, reflection

1 ÉTICA: CONSIDERAÇÕES GERAIS

O homem, desde os primórdios de sua existência, tem buscado uma forma de viver que responda aos seus anseios de bem-viver. Na diversidade de seus atos, percebeu maneiras distintas de realizá-los: ou lhe faziam bem, ou não correspondiam ao que era esperado por si próprio ou por aqueles com os quais convivia. Diante dessas inquietações, começou a perguntar-se: havia uma maneira boa e uma má de se viver? Se desejasse uma vida boa, existia um modelo, um

ideal para isso? Onde encontrá-lo e como segui-lo?

A partir destas inquietações, o homem parte em busca de respostas possíveis, começando, então, a elaborar regras de conduta que vão sendo incorporadas aos costumes de cada comunidade. Originam-se, assim, as doutrinas éticas.

A existência do homem é marcada por mudanças em sua vida social, mudando também a vida moral onde os princípios, valores ou normas até então seguidos entram em crise e passam a exigir sua justificação ou substituição por outros, pois surgem novas necessidades que levam os homens a refletirem os conceitos, valores e normas vigentes que se tornaram problemáticos.

Segundo Fagothey (1973, p.1), depois de passar um longo período fazendo especulações sobre o universo, alguns homens começaram a dirigir sua curiosidade sobre si mesmos, sobre a vida humana e sobre a sociedade. Com o passar do tempo, os estudos realizados os levaram a uma reflexão sobre toda conduta humana, o que, na filosofia, chamou-se de *ética*.

Etimologicamente, a palavra *ética* provém do grego *éthos*, que significa *costume* e indica um tipo mais fixo de costume; utiliza-se para designar o caráter do homem.

* Trabalho apresentado como tema livre no "I Seminário Internacional de Filosofia e Saúde" realizado de 16 a 19 de Novembro de 1994 em Florianópolis - SC.

1 Enfermeira, docente do Departamento de Enfermagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Cascavel, mestranda da Área de Enfermagem Fundamental da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo.

2 Enfermeira, docente do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, mestranda da Área de Enfermagem Fundamental da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo. (Relatora).

3 Enfermeira encarregada da Sala de Urgência da Unidade de Emergência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, mestranda da Área de Enfermagem Fundamental da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo.

Japiassu e Marcondes (1991, p. 90), também a relacionam aos costumes e a definem como “parte da filosofia prática que tem por objetivo elaborar uma reflexão sobre os problemas fundamentais da moral (finalidade e sentido da vida humana, os fundamentos da obrigação e do dever, natureza do bem e do mal, o valor de consciência moral, etc), mas fundada num estudo metafísico do conjunto das regras de conduta consideradas como universalmente válidas. Diferentemente da moral, a ética está mais preocupada em detectar os princípios de uma vida conforme a sabedoria filosófica, em elaborar uma reflexão sobre as razões de se desejar a justiça e harmonia e sobre os meios de alcançá-la. A moral está mais preocupada na construção de um conjunto de prescrições destinadas a assegurar uma vida em comum justa e harmoniosa”.

A ética, tal como a história da filosofia a define, tem como objeto a interpretação deste aspecto da vida humana, isto é, o conhecimento do que está bem e do que está mal na conduta humana. Segundo Nowell-Smith (1966), considerada em seu conjunto, a humanidade encontra uma tendência no sentido de classificar os atos:

- 1) naqueles que deveria fazer ;
- 2) naqueles que não deveria fazer ;
- 3) naqueles que pode fazer ou deixar de fazer.

Não estamos afirmando que estes itens estão corretos, entretanto, o que temos observado é que o homem pauta suas ações relacionando-as a estes aspectos e também os utiliza como parâmetro para avaliar a conduta de outros homens. Quanto a isto, existem as punições para as pessoas que não seguem as condutas estabelecidas, ou seja, que fazem “*aqueles atos que não deveriam fazer*”. O ponto que determina o que está bom e o que está mal é o eixo básico de experiência do qual parte a ética.

Neste sentido é que a filosofia se empenha em investigar as implicações dessa concepção a fim de que os homens saibam *por que* e fundamentados *em que* este juízo se justifica, sem prejudicar o caso nem no sentido de que deveria ser feito, nem no sentido de que não deveria ser feito.

Os autores éticos de todas as correntes de opinião estão de acordo em que a investigação do *dever ser* constitui a característica distintiva da ética, o que a difere de qualquer outro estudo.

Na antigüidade, o pensamento ético se relacionava com a existência de uma comunidade democrática limitada e local, ou seja, o Estado - cidade ou *polis*, a qual se constitui no terreno próprio da moral. A ética é racionalista, tendo uma concepção do bem como felicidade da alma, e do bom, como o útil para a felicidade. Defende a virtude como conhecimento e o vício como ignorância no sentido de que quem age mal é porque desconhece o bem, acreditando que a virtude pode ser transferida ou ensinada. É pela razão que a alma se eleva ao mundo das idéias, cujo fim último é a purificação, atingindo a “*Idéia do Bem*”. Para isso, é preciso

praticar várias virtudes: prudência, fortaleza, temperança e justiça. Desembocando na política, preconiza que o homem por si só não pode aproximar-se da perfeição, tornando-se necessário o Estado ou comunidade política.

Na era Medieval, o cristianismo se eleva sobre as ruínas da sociedade antiga e a escravidão cede seu lugar ao regime de servidão. A sociedade medieval organiza-se com características de estratificação e hierarquia, fragmentação econômica e política, com a formação de feudos. A religião garante uma certa unidade social, porque a política encontra-se em sua dependência e a Igreja exerce poder espiritual e monopoliza toda a vida intelectual.

A ética caracteriza-se por sua índole religiosa e dogmática, principalmente nos pensamentos de Santo Agostinho, que traz o valor da experiência, da vontade e do amor, e de São Tomás de Aquino, que vê o homem como ser social ou político e considera que todo poder deriva de Deus e o poder supremo cabe à Igreja.

A ética moderna, compreendida entre o século XVI até o início do século XIX, que sucede a sociedade feudal da Idade Média, têm múltiplas e variadas doutrinas, destacando a tendência antropocêntrica. Neste período, ocorrem mudanças de várias ordens: na *economia*, estabelecendo-se as formas capitalistas de produção e o desenvolvimento científico; no *social* uma nova classe se fortalece, a burguesia, que começa a impor sua hegemonia política principalmente na Holanda, Inglaterra e França; no plano *estatal*, dissolvem-se os feudos e formam-se os grandes Estados modernos, únicos e centralizados; no *espiritual*, a Igreja deixa de ser ideologicamente dominante e a Igreja Católica perde sua função de guia. O homem aparece no centro da política, da ciência, da arte e da moral. Ao adquirir um caráter antropocêntrico, a ética passa a ter seu centro e fundamento no homem e não mais nos pressupostos teleológicos, embora ainda se conceba o homem de maneira abstrata, dotado de natureza universal e imutável (Vázquez, 1989).

Já no pensamento contemporâneo, os juízos e a linguagem moral estão relacionados com a moral existente na vida social. Os problemas éticos caracterizam-se pela sua generalidade, distinguindo-os dos problemas morais da vida cotidiana.

Para Vázquez (1989, p.10) “muitas éticas tradicionais partem da idéia de que a missão do teórico, neste campo, é dizer aos homens o que devem fazer, ditando-lhes as normas ou princípios pelos quais pautar seu comportamento. O ético transforma-se assim numa espécie de legislador do comportamento moral dos indivíduos ou da comunidade. Mas a função fundamental da ética é a mesma da teoria: explicar, esclarecer ou investigar uma determinada realidade, elaborando os conceitos correspondentes. Por outro lado, a realidade moral varia historicamente e, com ela, variam os seus princípios e as suas normas”.

O campo da ética nem está à margem da moral efetiva, nem tampouco se limita a uma determinada forma temporal e relativa da mesma.

Segundo o autor acima, a ética é teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento dos homens, o da moral, considerado na sua totalidade, diversidade e variedade. O valor da ética como teoria está naquilo que explica, e não no fato de prescrever ou recomendar com vistas à ação em situações concretas, mas a ética deve fornecer a compreensão racional de um aspecto real, efetivo, do comportamento dos homens. Afirma que "ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens na sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano"; é a ciência da moral, de uma esfera do comportamento humano. Alerta que não devemos confundir a teoria com seu objeto: "o mundo moral".

Não sendo a moral, a ética não pode ser reduzida a um conjunto de normas e prescrições, mas explica a moral efetiva e, neste sentido, pode influir na própria moral. Nas situações concretas a questão que se nos apresenta é *como* devemos agir ou *quais* atos somos moralmente obrigados a realizar.

Como falamos anteriormente, a obrigação moral precisa ser concebida como própria de um homem concreto que, na sua prática moral real, vai modificando o conteúdo de suas obrigações morais de acordo com as mudanças que se verificam no modo como a moral cumpre a sua função social específica e só tem sentido no contexto da vida social, no seio de uma comunidade e muda, historicamente, de uma sociedade para outra, como também no seio de uma mesma comunidade. O que ontem foi proibido, pode ser permitido hoje. Assim, nenhuma teoria pode indicar o que o homem deve fazer em todos os tempos e em todas as sociedades. Os princípios, valores e normas numa determinada sociedade não são tarefa individual, mas coletiva, como processo social no qual as diferentes relações, organizações e instituições sociais desempenham um papel decisivo. Não podemos conceber o progresso moral independente do progresso histórico-social.

2 ÉTICA NA SAÚDE

Pensando a questão da saúde como parte integrante de uma estrutura complexa e inserida em um contexto histórico-social, visualizamos seu caráter ético dentro de uma perspectiva multidimensional, uma vez que os determinantes aí envolvidos emergem de diversos planos. Ao tratarmos da questão saúde, invariável e fatalmente haveremos de abordar outros assuntos que incidem sobre ela, sob pena de termos uma visão descontextualizada, mecanicista e acritica, partindo do pressuposto de que as políticas traçadas para o setor sofrem influência e/ou são

determinadas pelas necessidades e interesses político-econômicos da sociedade.

A proposta global para o setor, veiculada pela Organização Mundial da Saúde-OMS, prevê saúde para todos (não se sabe quando). Os esforços empreendidos e os resultados obtidos mostram que a idéia se encontra muito mais no plano da intenção do que do concreto. Assistimos diariamente avanços em todas as áreas do conhecimento humano, progresso tecnológico e movimentos populares dos mais diversos tipos, por reivindicações de direitos. Ao mesmo tempo, no pólo oposto, nos deparamos com as mais ínfimas condições de vida às quais são submetidas milhões de pessoas em todo o mundo.

Como refere Buarque (1993), a engenharia industrial aumentou as escalas de produção criando desequilíbrio ecológico e desemprego crônico; aumentou a produtividade agrícola, porém não resolveu o problema da fome gerando mais desigualdade social; o avanço da medicina tem aumentado a vida média das pessoas, mas não tem conseguido melhorar a qualidade de vida na velhice; o avanço na informática, por sua vez, não condiz com o alto índice de analfabetismo.

O aumento vertiginoso das cidades (deteriorando cada vez mais as condições de moradia), do desemprego, da fome, da pobreza, pareceu inesperado e, por isso, desorganizado, gerando uma sociedade patológica e controvertida. Ao mesmo tempo em que desenvolve técnicas avançadas de transplante - crianças geradas em laboratórios - é uma sociedade acometida por endemias severas não debeladas através dos séculos. Crianças ainda padecem e morrem por desnutrição, homens e mulheres morrem prematuramente por doenças cardiovasculares e neoplásicas. É cada vez maior o número de pessoas vítimas de traumas, especialmente como consequência do aumento da violência.

No Brasil, o alto índice de mortalidade infantil, entre outros, reflete o descaso do sistema sócio-político e econômico com o setor saúde. Tal descaso é evidenciado pela desigualdade perversa quanto ao acesso aos serviços, pela distribuição insatisfatória de recursos para os programas na área e, ainda, pela falta de incentivos e insuficiente investimento nos recursos humanos em saúde. Em consequência, observamos a evasão de pessoal dos hospitais públicos, o fechamento de leitos por falta de profissionais, doentes que passam dias sobre macas nos corredores dos hospitais aguardando leitos, moléstias infecto-contagiosas que são tratadas sem isolamento, doentes que são transferidos sem a menor condição de segurança durante o transporte e sem uma comunicação com o serviço receptor, muitas vezes implicando em retorno ao serviço de origem.

Estas são situações do cotidiano, enfrentadas tanto pelos profissionais do setor quanto pelos usuários, que poderiam nos levar a dizer que pensar em

ética na saúde seria um contra-senso. Entretanto, é justamente por esta situação, que acreditamos ser imprescindível, mais do que nunca, pensar em ética na saúde. No nosso entender, isto implica dizer que a ética extrapola o puro e simples cumprimento de regras e normas estabelecidas (o que, em muitos casos, nem isto ocorre), mas, indo além, vê o homem enquanto ser participante, integrado nas decisões sociais, políticas e econômicas, portador de dignidade individual e coletiva, um ser que busca relações sociais mais justas, que é parte integrante e sujeito da história, que tem, ao mesmo tempo, o direito e o dever de participar das decisões relativas às questões que dizem respeito às condições de sobrevivência, saúde, alimentação, lazer, salários dignos, enfim, às questões que dizem respeito à vida.

Os indivíduos imersos nesta conjuntura vivem inúmeros papéis na sociedade. Em qualquer posição em que se encontrem, seja como profissionais, usuários ou consumidores de bens e serviços, são, antes de tudo, pessoas que deveriam gozar plenamente de seus direitos civis e políticos, bem como desempenhar seus deveres, exercendo sua cidadania.

A busca por justiça social e pelo bem não é prerrogativa apenas de indivíduos nos movimentos organizados da sociedade civil, mas de qualquer pessoa que dela faça parte. Nesta perspectiva, somos todos atores sociais, também responsáveis pela condução do (bem ou mal) viver, tanto individual quanto coletivamente.

Aos profissionais não cabe apenas o cumprimento de suas funções técnicas e especializadas. No caso específico da área de saúde, seu compromisso não se limita à manutenção da saúde ou ao restabelecimento de corpos doentes, cujo olhar não se volta unicamente à sua condição de profissional, pois indubitavelmente estarão mergulhados na esfera social multifacetada e em constante mudança.

3 ÉTICA NA ENFERMAGEM

Os profissionais de enfermagem, assim como acontece com os demais, se deparam constantemente com situações que exigem de si tomada de decisões no âmbito da ética. Tais situações envolvem uma série de determinantes, presentes nas relações que estabelecem com os colegas, a equipe multidisciplinar, os superiores, os clientes e seus familiares, colocando-os frente a uma gama variada de posturas.

A opção por uma ou outra, pode derivar dos preceitos estabelecidos no Código de Ética, dos valores morais da própria pessoa ou dos interesses que se colocam no momento do fato ocorrido. Vale ressaltar que, muitas vezes, os profissionais de enfermagem não conhecem o conteúdo do Código de Ética vigente, na sua integralidade. Também por isto acreditamos que as mudanças na legislação pro-

fissional não garantem mudanças de comportamento. Saber se a escolha foi ou não correta, encontra-se tanto no plano da subjetividade quanto no plano do resultado obtido. A decisão tomada sofre influência, inclusive, da autonomia que se tem no serviço. No caso específico da enfermagem essa autonomia, segundo nossa experiência, apresenta-se mais como uma intenção codificada do que sua efetividade na prática. Sem a autonomia necessária para identificarmos os atos que deveriam ser feitos, os que não deveriam ser feitos e os que poderiam ou não deixar de ser feitos, estaremos reproduzindo apenas atos automáticos.

Não resta dúvida que o código de ética é o ponto de partida, é a hélice da conduta dos profissionais de enfermagem. Contudo, o mesmo não é uma garantia de conduta irrepreensível por parte da maioria, sequer é uma garantia de que medidas punitivas serão levadas a cabo; mesmo nos casos de maior gravidade, quando determinadas por lei.

Nosso objetivo não é dar respostas às questões éticas conflitantes que se apresentam na prática profissional, tampouco discutir o Código de Ética dos profissionais de Enfermagem (até mesmo porque este foi amplamente discutido pela categoria), mas trazer algumas inquietações a respeito do cotidiano da profissão que, ao nosso ver, ferem qualquer código de ética e, mais do que isto, estão em dissonância com os mais elementares direitos da pessoa, destoando completamente do que preconizam os estatutos, códigos, leis, enfim, de todo o aparato legal que teoricamente preservaria a dignidade do indivíduo enquanto cidadão e usuário dos serviços de saúde. Vale salientar que esta condição não é específica dos profissionais da enfermagem, mas segue a lógica vigente na estrutura social, a qual vai além da sua internalidade.

Fundamentadas no pensamento de Vázquez (1989), gostaríamos de reforçar que, para nós, o valor da ética como teoria está naquilo que explica e não no fato de prescrever ou recomendar com vistas à ação em situações concretas. A ética deve fornecer a compreensão racional de um aspecto real, efetivo, do comportamento dos homens.

Desta forma, não devemos confundir a teoria com seu objeto. Este objeto trata muito mais de obrigações morais que cumprem uma função social específica, qual seja, de normatizar a assistência de enfermagem à população, constituindo-se em deontologia, enquanto obrigação moral. Originada do grego *deón* = dever, a deontologia é uma teoria que pretende determinar o que é obrigado a fazer, orientando em situações particulares. A ética, por sua vez, trata da teoria que investiga ou explica a forma de comportamento dos homens, o da moral, levando em conta sua totalidade, diversidade e variedade.

Embora entendamos os conceitos da ética, da deontologia e da moral conforme acima explicitados, adotaremos a expressão "Código de Ética" ao nos referirmos ao Código Moral de

conduta profissional dos enfermeiros por ser esta a denominação utilizada no documento oficial.

A preocupação com o aspecto moral do exercício profissional, na enfermagem, remonta aos primórdios de sua institucionalização, a qual se deu em meados do século XIX na Inglaterra. Na verdade, o nascimento da enfermagem moderna se deu sob uma atmosfera de moralidade, disciplina rígida e religiosidade, características reinantes na sociedade vitoriana.

Na tentativa de modificar a situação de pouco prestígio social que a enfermagem vivia, Florence Nightingale tratou de promover um sistema de educação de enfermeiras no qual imperava um rígido esquema de conduta moral. Exigia-se que as mesmas fossem dedicadas e obedientes. Supomos que, neste momento, a conduta era considerada ética quando tais princípios de dedicação, benevolência e obediência fossem cumpridos à risca.

O sistema nightingaliano atravessou fronteiras, indo se instalar em vários lugares em todo o mundo, exercendo influência na formação das enfermeiras durante muito tempo. Este não pode ser considerado o único determinante do aspecto moral introjetado na preparação para o exercício profissional. Aspectos sociais, culturais e econômicos são fatores altamente relevantes para a formação de indivíduos e categorias profissionais.

No Brasil, a discussão sobre a questão da ética na enfermagem começou a tomar força no V Congresso Brasileiro de Enfermagem em 1951. A partir daí, inúmeros debates foram encaminhados no sentido de se elaborar um código que pudesse nortear as regras do comportamento profissional, culminando com a aprovação do 1º Código de Ética de Enfermagem no XI Congresso Brasileiro de Enfermagem em 1958 (Correia, 1993). Este primeiro código teve embasamento no Código Internacional de Ética de Enfermagem elaborado pelo Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN) e no Código Internacional de Deontologia para Enfermeiras, de autoria do Comitê Internacional Católico de Enfermeiras e Assistentes Sociais (CICIAMS). O documento mostrou-se fortemente marcado por uma ética religiosa, mantendo os princípios filosófico-religiosos dos códigos acima citados, os quais apresentam uma clara identificação com o pensamento da ética cristã, cujo centro da moralidade é Deus.

É interessante notar que, segundo Germano (1993, p. 48) "a história da ética de enfermagem ocorre paralela à própria história da profissão, sofrendo influência dos princípios que fundamentaram seus marcos conceituais, dos objetivos que sustentaram ou que embasaram a criação de suas várias entidades, enfim, das próprias lutas ideológicas que se travam a partir das diferentes concepções de mundo presentes na sociedade e que repercutem na prática profissional das enfermeiras". Daqui podemos depreender que a ética profissional, assim como sua codificação não são coisas reifi-

cadas, abstratas, deslocadas do homem real, mas, ao contrário, constitui uma representação do viver humano, com seus valores, crenças e influências.

Em 1945, no final do Estado Novo (período político marcado pelo caráter antidemocrático e elitista), a Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn encaminha à Divisão de Organização Sanitária - DOS o primeiro anteprojeto para a criação de um conselho de enfermagem, o qual teria a função precípua de fiscalizar o exercício profissional. Tal atitude surgiu como uma alternativa de desviar a atenção voltada para a luta sindical que se dava naquele momento.⁴

Somente quase 30 anos depois, em julho de 1973, após sucessivos desvios de anteprojetos encaminhados posteriormente ao de 1945, foi sancionada "a lei 5. 903/73, que dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências" (Germano, 1985, p.30). Em 1975, com a colaboração da ABEn, este Conselho aprova o Código de Ética de Enfermagem atualizando aquele que se encontrava em vigor desde 1958. Conforme relata a mesma autora este código manteve, em sua essência, os princípios e fundamentos filosóficos e religiosos do anterior.

A década de 80 se caracteriza pela efervescência política que acontece no país, onde se instalam amplos movimentos populares pela redemocratização nacional. Neste contexto, muitas discussões relevantes são intensificadas e aprofundadas no âmbito da enfermagem, dentre as quais a questão da ética, agora assumindo nova dimensão. Tal debate contou com a participação de vários segmentos da categoria, em especial as organizações sindicais e o Conselho Federal de Enfermagem-COFEn, ampliando-se para os órgãos formadores. Assim, como consequência de um somatório de forças elaborou-se o atual Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pelo COFEn em 1991, revisado recentemente e finalmente aprovado em 1993.

Este código representa um avanço considerável em relação aos anteriores, dado o seu notório compromisso com a melhoria da assistência à saúde da população, denotando preocupação com questões de todas as esferas, como podemos ver em seu preâmbulo: "o aprimoramento do comportamento ético do profissional passa pelo processo de construção de uma consciência individual e coletiva, pelo compromisso social e profissional configurado pela responsabilidade do plano das relações de trabalho com reflexos nos campos técnico, científico e político". Daqui depreendemos o entendimento de que os profissionais de en-

4 Criado em 1933, o Sindicato de Enfermeiras terrestres congregava todos os elementos em exercício, diplomados ou não, não sendo reconhecido pela ABEn. A partir de 1945 o Sindicato passa a reunir todos aqueles trabalhadores de instituições hospitalares, agora denominado Sindicato de Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde (SEEHCS). Para a ABEn isto constituía uma ameaça à profissão, o que fazia defender a criação de sindicatos específicos para enfermeiros e auxiliares.

fermagem devem estar engajados nas questões sociais e políticas; que a assistência de boa qualidade não se resume à competência técnica; para ser um bom profissional não basta ter esta competência e sua responsabilidade vai além deste plano. Significa dizer que as questões referentes à ética extrapolam o âmbito do técnico e se alojam também nas esferas social e política. Para os profissionais, a ética deveria significar muito mais do que um conjunto de normas e regras de conduta; deveria ser a materialização do pensar.

O comportamento ético não deve se ater unicamente aos atos que favorecem o bem-estar do cliente ou, por outro lado, que garantam a segurança dos profissionais, mas deve abranger ambos, entendendo que somos todos atores sociais neste processo, com responsabilidades, direitos e deveres de cidadãos. O Código de Ética assim, ao nosso ver, não se traduz num instrumento que privilegie um ou outro, mas que atende aos anseios de justiça e eficiência quanto à assistência à saúde da população.

Nos "Princípios Fundamentais" que regem o atual Código de Ética da Enfermagem, o Art. 3º assinala que "o profissional de enfermagem respeita a vida, a dignidade e os direitos da pessoa humana, em todo o seu ciclo vital, sem discriminação de qualquer natureza". A realidade social e o cotidiano dos profissionais sugerem que este princípio não vem sendo respeitado, pois observamos a discriminação a começar pelo acesso aos serviços de saúde. Embora pareça que este fato fuja da alçada dos enfermeiros, entendemos que trata-se de uma responsabilidade coletiva.

Não podemos negar que as pessoas, enquanto sujeitos sociais, estão imbuídas de valores morais, culturais e, assim sendo, no exercício de sua profissão, não poderiam se abstrair destes valores em seu ambiente de trabalho. Por outro lado, raciocínio semelhante pode ser aplicado aos usuários dos serviços.

Neste sentido, acreditamos que um código de ética não pode estar centrado somente no profissional ou em sua clientela, mas deve abranger ambos de forma dinâmica, considerando o coletivo no processo social, pois isto parece-nos um dos caminhos em que os princípios, valores e normas poderão abarcar as diferentes relações que se estabelecem em cada realidade, na tentativa de resgatar a cidadania perdida ou negada.

Não somos ingênuas ao ponto de pensar que somente o comportamento ético dos profissionais de enfermagem possa levar à melhoria da qualidade da assistência à saúde da população (e, talvez, nem mesmo da assistência de enfermagem). Nosso entendimento é de que tal melhoria só pode se dar com o empenho dos vários segmentos da sociedade, pois as políticas governamentais, as quais extrapolam as políticas de saúde, exercem influência direta sobre as ações desenvolvidas no setor.

A racionalidade política e econômica, bem como os interesses corporativistas têm contribuído para o estabelecimento de uma ordem perversa na atual estrutura social do país, onde a assistência à saúde vem se dando de forma precária, injusta e discriminatória. À população que não pode pagar, são destinados os serviços públicos sucateados, cujas condições de trabalho beiram à indecência. Os profissionais, insatisfeitos e mal pagos, sucumbem a esta ordem perversa, muitas vezes passando por cima dos juramentos (inconscientes?) feitos no momento de sua inserção formal no mercado de trabalho. Para muitos, alguns aspectos do Código de Ética mais parecem uma analogia à Utopia de Thomas More, ou seja, uma visão distante, ideal, inexistente. A realidade objetiva mostra alguns comportamentos que nada têm de moral.

O Art. 4º do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, no tocante aos princípios fundamentais, rege que "o profissional de enfermagem exerce suas atividades com justiça, competência, responsabilidade e honestidade". Face ao exposto acima, arriscamos dizer que tal princípio não tem sido seguido à risca. Não podemos atribuir tal lacuna unicamente aos profissionais de enfermagem, pois suas ações não dependem exclusivamente de seus desejos e vontades, mas estão atrelados a um conjunto maior de outras ações, o que não significa dizer que a inércia e a apatia sejam utilizadas como alibis para justificar o não fazer.

Assumir uma postura ética significa também desenvolver, individual e coletivamente, uma consciência política, sem a qual o exercício efetivo da profissão dificilmente se daria. Esta consciência política envolve o respeito pelos colegas, pelos clientes e pela profissão; envolve a busca incessante por melhores momentos, sem prescindir das limitações determinadas pelo processo histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BUARQUE, C. Da modernidade técnica à modernidade ética. In: *DESAFIOS éticos*. Coordenação de José Eberienos Assad. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1993. p. 20-24.
- 2 CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. *Código de ética dos profissionais de enfermagem*. São Paulo: COREn, 1993.
- 3 CORREIA, F. A. *A alteridade como critério fundamental e englobante da bioética*. Campinas, 1993. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- 4 FAGOTHEY, A. *Ética*. México: Interamericana, 1973.
- 5 GERMANO, R. M. *A ética e o ensino de ética na enfermagem do Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993.
- 6 _____. *Educação e ideologia da enfermagem no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- 7 JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- 8 NOWELL-SMITH, P. H. *Ética*. São Paulo: Bestseller, 1966.
- 9 VÁZQUEZ, A. S. *Ética*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

Endereço do autor: Neusa Collet
 Author's address: Rua Carlos de Carvalho, 3496/42 - Centro
 85.806-270 - Cascavel - PR